



**ACESSIBILIDADE
EM AMBIENTES
CULTURAIS
RELATOS DE
EXPERIÊNCIAS**

Eduardo Cardoso
Jeniffer Cuty
Organizadores

[Início da descrição da imagem]

Livro retangular em formato vertical, com 129 páginas de 15 centímetros de largura por 21 centímetros de altura. A capa é predominantemente branca com círculos dispostos em conjunto, remetendo a codificação em braile. O círculo do canto superior direito é mais escuro que os cinco demais. Apenas um deles não vaza para fora da borda da capa, o que está ao centro na coluna da esquerda. Ao centro, o título em letras finas em caixa alta acessibilidade em ambientes culturais, em preto, e o subtítulo relatos de experiências, em letras também em caixa alta, porém, em corpo um pouco menor. Na base da capa, no canto inferior direito, os nomes dos organizadores de cima para baixo: Eduardo Cardoso e Jeniffer Cuty. No canto inferior direito, logo formando um M bem aberto com um triângulo cinza claro com a ponta para baixo, Marca Visual.

[Fim da descrição da imagem]

Conselho Editorial

Airton Cattani, Presidente

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Adriane Borda Almeida da Silva

UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Celso Carnos Scaletsky

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Denise Barcellos Pinheiro Machado

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marco Antônio Rotta Teixeira

UEM - Universidade Estadual de Maringá

Maria de Lourdes Zunquim

USP - Universidade de São Paulo

Os conteúdos e imagens de cada artigo são de inteira responsabilidade de seus autores. Todos os direitos são reservados aos mesmos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A128 Acessibilidade em ambientes culturais : relatos de experiências / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. - Porto Alegre : Marcavisual, 2014.

128 p. : il.

ISBN 978-85-61965-21-1

1. Acessibilidade. 2. Espaço cultural. 3. Patrimônio cultural. I. Cardoso, Eduardo. II. Cuty, Jeniffer. III. Título.

CDU 930.85

ACESSIBILIDADE CULTURAL: A CAIXA EDUCATIVA NO MUSEU DA UFRGS

Carlos Eduardo Galon da Silva¹

Claudia Porcellis Aristimunha²

Eduardo Cardoso³

Ligia Ketzer Fagundes⁴

Maria Cristina Padilha Leitzke⁵

Resumo:

O Museu da UFRGS, por meio de parcerias com o Programa Incluir vem desenvolvendo ações com o objetivo de possibilitar cada vez mais o acesso a diferentes públicos. Este artigo pretende tecer algumas reflexões acerca de uma destas ações: a caixa educativa acessível, concebida com audiodescrição, material em braile e fonte ampliada. O setor sócio-educativo-cultural do Museu da UFRGS acompanhou a circulação destes materiais estimulando o desenvolvimento de ações juntos às escolas.

Palavras-Chave:

museu, acessibilidade, ambientes culturais, diversidade cultural

"Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem." José Saramago

Introdução

Ao começar este artigo com a epígrafe de José Saramago o fazemos na tentativa de elucidar um pouco sobre a questão da acessibilidade na contemporaneidade e quiçá queira levar o leitor a refletir sobre as ações dos diferentes atores sociais frente às diversidades que integram a sociedade. Para a realização deste artigo foram necessários vários "desassossegos", tanto por se tratar de escrever no coletivo, como pelo fato de expor reflexões acerca de um tema tão antigo e, ao mesmo tempo, muito recente, principalmente, quando se trata de acessibilidade em museus. Um tema desafiador e instigante.

Com a realização e circulação de caixas educativas, o Museu da UFRGS, em parceria com o Museu do Índio/RJ e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio do Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Pública, procurou difundir junto aos professores da rede pública e privada materiais educativos referentes à exposição em cartaz no museu, no período de 04 de outubro de 2011 a 01 de junho de 2012, denominada *Oretataypy: presença mbya-guarani no Sul e Sudeste do Brasil*. Comprometido com a acessibilidade, o Museu da UFRGS, juntamente com o Programa Incluir e os Cursos de Design, ambos da UFRGS, vem desenvolvendo algumas ações procurando dar conta desta questão. No caso específico das caixas educativas, uma delas, foi concebida com audiodescrição,

material em braile e fonte ampliada. O setor sócio-educativo-cultural do Museu da UFRGS acompanhou a itinerância destas caixas estimulando o desenvolvimento de ações juntos às escolas, tendo como subsídios estes materiais. Portanto, é sobre esta ação que pretendemos tecer algumas reflexões, visando refletir, repensar ou ainda, questionar sobre a função dos museus frente aos diferentes públicos. Aliamo-nos às ideias de Sonia Santos quando diz que:

As instituições culturais, nomeadamente, os museus, têm de assumir a sua responsabilidade social perante a inclusão de todos os possíveis públicos que se afinem como organismos promotores do diálogo e da inter-ajuda social. (SANTOS, 2009:) (1)

Acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informação. Significa compreender que estas pessoas são plenamente capazes, desde que lhes sejam fornecidas as condições. Para, além disso, entendemos que acessibilidade ultrapassa a questão das adaptações necessárias e vem primeiramente associada ao pleno acesso no sentido de eliminar barreiras menos visíveis tais como as atitudinais, políticas, culturais, financeiras, intelectuais, comunicacionais, entre outras. Sabe-se que a acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação. Dischinger e Bins Ely (2005) definem como espaço e/ou produto acessível aquele é de fácil compreensão, permitindo ao usuário comunicar-se e participar de todas as atividades propostas, sempre com autonomia, segurança e conforto, independentemente de suas habilidades e/ou restrições.

Segundo Varine-Bohan (2000, apud Sarraf, 2006), cultura é “o conjunto de soluções encontradas por um homem e pelo grupo aos problemas que lhe são colocados por seu meio ambiente natural e social”. (1987, p. 30) Os museus, desta forma, precisam encontrar as soluções adequadas para desenvolver a cultura da inclusão como parte vital de sua missão, o que certamente irá garantir que a relação museal “homem e objeto em um cenário” respeite a diversidade e seja cada dia mais democrática.

Desta forma, as exigências em ambientes culturais obrigam-nos a constantes atualizações. A diversidade do público desafia estas instituições e seus profissionais a corresponderem às suas expectativas e, antes de tudo, às suas necessidades. Assim, atendendo à pretensão de ser um ambiente acessível, aberto a todos os cidadãos, será indispensável o emprego de recursos para acessibilidade na comunicação, informação e fruição nestes espaços e das peças neles contidos.

Contextualização Histórica e Legal

Segundo Dallasta (2005), é importante ressaltar que a problemática da deficiência acompanha a humanidade através da sua evolução, uma vez que a circunstância de haver uma considerável parcela de

peças com algum tipo de deficiência não é uma situação recente. Até o século XVIII, as pessoas com algum tipo de deficiência eram consideradas incapazes de realizar qualquer função produtiva, sendo socialmente excluídas. No século seguinte, medidas foram tomadas para tratar do assunto com a criação das primeiras escolas exclusivas para “alunos especiais”. Em 1970, aconteceu em Quebec a I Conferência sobre os direitos das pessoas com deficiência, tendo como metas a inserção social, escolar e de direitos às políticas públicas que lhes proporcionassem igualdade de direitos sociais e de acesso ao convívio em sociedade. Em 1990, em uma conferência organizada pela ONU – *Educação para Todos – e na Conferência Mundial de Educação Especial* e, em 1994, na Espanha, cidade de Salamanca, a função das instituições especiais foi revista e apresentou-se como princípio básico promover a inclusão das pessoas com deficiência, sem nenhuma distinção.

Já em 2000, foram promulgadas duas leis específicas (nº 10.048 e nº 10.098) que tratam da acessibilidade espacial das pessoas com deficiência, a fim de eliminar barreiras arquitetônicas e de atitude que impeçam, reduzam ou retardam a inclusão social. O Decreto nº 5296, de dezembro de 2004, elaborado para regulamentar essa lei, estabelece um prazo de 30 meses a partir de sua publicação, para que todos os edifícios públicos tenham boas condições de acessibilidade espacial. De acordo com estas leis, a Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT NBR 9050/2004), recentemente revista, torna-se obrigatória, tendo seus parâmetros e critérios técnicos necessariamente observados durante o projeto, a construção, a instalação e a adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Ainda em relação ao contexto legal e político atual, dentre tantas Leis e Decretos existentes, cita-se o Decreto nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Assim como prevê recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias, aprimoramento e incentivo para produção local de recursos existentes, qualificação de espaços e serviços nas mais diversas áreas, tais como na saúde, educação, cultura, entre outras.

Ainda, o ICOM (Comitê Internacional de Museus) apresenta uma definição elaborada em 1956, que diz que museu é um estabelecimento de caráter permanente, com a finalidade de conservar, estudar e valorizar os elementos de valor cultural sejam eles objetos artísticos, históricos, científicos, técnicos ou biológicos. Em 06 de julho de 2001, na 20ª Assembleia Geral, realizada em Barcelona, Espanha, esta definição foi atualizada e diz o seguinte:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (IBRAM, 2010)

Segundo Santos (2009), tal Instituição permite:

- Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;

- Facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

A partir disto, na busca para se adequar às leis de inclusão de pessoas com deficiência ao ensino superior, atendendo às demandas da comunidade e ao próprio objetivo e missão da instituição, o Museu da UFRGS juntou-se a estes dois programas. Esta questão leva-nos para campos mais específicos, tratando da nossa missão, programas e adequações efetuadas na estrutura física da edificação, de conteúdos e da forma como comunicamos. Igualmente importante é perceber que não se pode falar em inclusão de todos os públicos sem se fazer referência à diversidade humana, uma vez que, não podemos pensar que a acessibilidade concerne apenas a pessoas com deficiência, mas sim a uma série de pessoas que têm alguma necessidade específica, seja momentânea ou permanente.

O Museu da UFRGS

O Museu da UFRGS tem por princípio a gratuidade do acesso, o investimento em exposições para públicos do mais amplo espectro de faixa etária e social, escolaridade e o uso das diversas fontes de informação e divulgação para atingir os diferentes grupos.

Aliado a isso, participa do Programa de Extensão *Acessibilidade em Ambientes Culturais* e do *Núcleo Interdisciplinar Pró-Cultura Acessível da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS*, coordenado pelos professores Jeniffer Cuty e Eduardo Cardoso, que tem como objetivo proporcionar a difusão e a discussão para o desenvolvimento de bases conceituais, teóricas e metodológicas para a integração da temática acessibilidade no contexto acadêmico (CUTY e CARDOSO, 2012). Busca ainda a integração entre as diferentes áreas de conhecimento do Design e da Museologia para tratar do tema Acessibilidade em Ambientes Culturais e a adesão, como parceiros, de diversos setores, projetos e espaços culturais da UFRGS bem como a assessoria de ONGs ligadas ao tema.

Melhorar o acesso à cultura, aos museus e às suas coleções, por parte dos visitantes com necessidades especiais, constitui um objetivo essencial por todos partilhado. (Collwell, 2004:5)

Já o Programa Incluir, parceiro nesta iniciativa, conforme citado anteriormente, é desenvolvido pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério de Educação que, mediante a aprovação de projetos encaminhados pelas universidades federais brasileiras,

tem como objetivo apoiar ações que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior visando à eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicação.

A Caixa Educativa Acessível

A caixa educativa (Foto 01) para as escolas, preparada durante a referida exposição, contendo material sobre a cultura Guarani e que pode ser retirada por empréstimo, gratuitamente por professores, possibilita que o assunto em questão ultrapasse as fronteiras do Museu e vá até as escolas onde os educadores poderão trabalhar conforme seus planejamentos e as especificidades de seus grupos.



Figura 01: Caixa Educativa produzida no Museu UFRGS a partir do projeto educativo do Museu do Índio/FUNAI/RJ.

[Início da descrição da imagem]

Foto retangular horizontal, apresenta uma caixa, também retangular, de material plástico, com tampa sobre um piso de madeira. Tanto na tampa quanto na parte frontal da caixa, há papeis colados. Não é possível identificar os desenhos e dizeres da parte superior, mas na parte frontal, assim como na superior, esse papel é predominantemente branco. Possui na base um cesto indígena desenhado e ao seu lado, um fila com três pássaros de espécies diferentes. A cima deles, logo em fundo preto e letras brancas: Museu UFRGS.

[Fim da descrição da imagem]

Neste caso, estamos trabalhando já com uma cultura que não está presente em museus, a não ser nos museus Antropológicos ou nos raros casos de museus especificamente indígenas. Isto por si só, já é uma forma de dar acesso a algo que não está no cotidiano escolar.

No cenário atual da museologia é cada vez maior a responsabilidade dos museus com os seus públicos, independentemente das suas especificidades. As ações dos museus devem cada vez mais

abranjer diferentes públicos através da mediação e de ações que possibilitem uma reelaboração da informação, tornando-a acessível aos mais diversos grupos ou indivíduos.

Os museus, ao fomentarem iniciativas culturais inclusivas que respeitem e percebam as diferenças e possibilitem a inserção e participação de públicos, fazem valer os seus direitos de participação na vida cultural da sociedade atual.

A ação e a mediação cultural, seguindo o curso de seus movimentos antecessores, têm como desafio desenvolver estratégias de aproximação e inclusão de toda esta complexidade de público nos museus; para tanto, deve servir-se, sobretudo, dos conceitos discutidos pelo movimento de Inclusão Social desde a década de 1980, já que esse desenvolvem teorias de melhoria de qualidade de vida da população, equiparação de oportunidades e mudança da sociedade para eliminação de barreiras de convívio. (Viviane Panelli Sarraf)

Através da necessidade de comunicação para dar visibilidade, o museu procura seu público, com programas para todos, renovando projetos e, aos poucos, alterando discursos museográficos. No combate à exclusão cultural (e social), temos de reconhecer e identificar as barreiras físicas, cognitivas, atitudinais, financeiras, sociais e comunicacionais. Só depois desse levantamento e consequente conscientização é que se pode avançar para as soluções, que podem partir desde o emprego de conhecidos recursos, como a informação em Braille e audiodescrição, percursos com informações e peças táteis, espaços planos e que permitam a fácil circulação (Figura 01), até concepção e desenvolvimento até concepção e desenvolvimento de experiências multissensoriais, programas e materiais pedagógicos acessíveis.



Figura 02: Recursos de Acessibilidade em Ambientes Culturais.

Fonte: Eduardo Cardoso, 2012.

[Início da descrição da imagem]

Infográfico separado em sete células de cor cinza, unidas a um círculo central, com o enunciado: Recursos, em preto, escrito ao centro. As células são dispostas como se fossem sete pétalas unidas ao círculo central. Na parte superior direita, closed caption e o símbolo correspondente com o duplo c e a descrição: “sistema de transmissão de legendas, via sinal de televisão, que descreve além das falas dos atores, qualquer outro som presente na cena.” Na parte superior esquerda, áudioguia com o símbolo de uma cabeça com fones de ouvido e a descrição: “sistema eletrônico que permite fazer tour personalizado em ambientes culturais, fornecendo informações históricas e técnicas, pode ser feito por botões ou palm” Do lado direito, a baixo da célula superior, braile com o símbolo das seis bolinhas alinhadas e em grupos de três, o enunciado diz: “código composto por seis pontos em relevo com sessenta e três combinações possíveis, que representam o alfabeto.” Do lado esquerdo, a baixo da célula superior, libras simbolizadas com duas mãos invertidas, ambas com os polegares unidos e os demais dedos abertos, a descrição diz: “sinais realizados com diferentes configurações de mãos, que permite a interpretação de mensagens orais ou escritas”. A baixo, do mesmo lado esquerdo, em uma célula maior que as demais, indo até a base, recursos táteis, na descrição: “Conjunto de peças em escala real ou reduzida utilizada para transmissão de informações táteis sobre espaços físicos, animais, esculturas e artefatos, utilizado em acervos que contenham: Maquetes táteis, simbolizada por uma casinha sendo tocada por uma mão; Taxidermia, representada por um animal; Cerâmica e artefatos arqueológicos, simbolizada por um objeto similar a uma chaleira.” Do lado direito, a baixo da célula que descreve braile, texto ampliado, cujo o símbolo é expressão texto ampliado dentro de um retângulo horizontal, a descrição diz: “impressão de textos ampliados em fonte 26, por exemplo, que permite a leitura por parte de pessoas com baixa visão” A célula do canto direito inferior do gráfico, traz o símbolo AD de audiodescrição com o seguinte enunciado: “Permite a compreensão de sons e elementos visuais imperceptíveis sem o uso da visão, consiste na descrição de informações visuais, como as expressões faciais.”

[Fim da descrição da imagem]

Pastore (2001) aponta que a inclusão deve se basear em três princípios, os quais devem ser viabilizados igualmente para todos os indivíduos, sendo eles:

- Autonomia: é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e dignidade da pessoa que a exerce;
- Independência: é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como membros da família ou profissionais especializados;
- Equiparação de oportunidades: é o processo do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos.

Assim, um projeto educativo completo deve contemplar formas para atender e/ou beneficiar não apenas os usuários sem deficiência, mas também as pessoas com deficiência visual, motora e/ou auditiva, com deficiência mental, lesões cerebrais traumáticas, déficit de aprendizagem, entre outros. A partir deste conceito, foi desenvolvida a caixa educativa acessível.

As caixas educativas contêm esculturas em madeira, cestaria, material audiovisual, livros e impressos (Figura 03). A disponibilização deste material visa propiciar subsídios e recursos didáticos para os (as) professores (as) quanto à ampliação das possibilidades de acesso a elementos da cultura Mbya pelos alunos.



Figura 03: Conteúdo da Caixa Educativa Acessível (DVDS com audiodescrição, textos em braille e textos descritivos em fonte ampliada)

[Início da descrição da imagem]

Um retângulo horizontal, subdividido em quatro fotos também horizontais, de cima para baixo, e da esquerda para a direita, a primeira foto mostra o conteúdo da caixa educativa acessível vista de cima, vários objetos animais em miniatura, um cestinho de palha, fita de dvd, papéis impressos. Na foto ao lado, os mesmos objetos em uma superfície lisa. As duas fotos de baixo, mostram respectivamente: textos em braille e textos descritivos em fonte ampliada.

[Fim da descrição da imagem]

O conteúdo desta caixa acessível vem sendo experimentado e avaliado por pessoas com baixa visão, cegueira e deficiência auditiva para posteriores contribuições com objetivo de melhorar a oferta do material, o conteúdo e os possíveis acréscimos que venham de demandas do público alvo desta iniciativa.

Tivemos retorno sobre os materiais disponibilizados e as adaptações feitas. Como exemplo, pode-se citar a falta de legenda tátil nas esculturas de modo a corresponder à descrição delas no material em braille, pois a semelhança das formas dos animais retratados nelas provoca dúvidas ao usuário com deficiência visual⁶.

O processo de investimento cada vez maior na acessibilidade em ambientes culturais é um enorme desafio. Exige reflexão, experimentação, avaliação, metodologia, assessoria especializada e, principalmente, participação dos usuários. Com isso, objetiva-se que o indivíduo possa estar ativo e integrado ao convívio social, independentemente das suas diferenças, participando de forma autônoma da atividade que necessita e deseja.

Considerações Finais

Nos últimos anos, observamos que diferentes instituições culturais estão procurando desenvolver ações visando estimular os sentimentos de pertencimento e mobilização cidadã. Também a sociedade civil organizada, seja por vias informais seja pela constituição e convocatória de organismos oficiais vem demonstrando um maior engajamento com estas questões que envolvem a acessibilidade em ambientes culturais.

Neste quadro, consideramos extremamente positivo o envolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da institucionalização de diferentes programas e projetos, como os anteriormente citados. Isto significa que a UFRGS não está alheia a esta questão. Muito pelo contrário, o engajamento de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo vem sendo, constantemente demonstrado por meio da realização de múltiplas ações cotidianas cujo objetivo é cada vez mais a inclusão, seja de sua comunidade interna seja do público geral. Um dos exemplos é a realização do Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais, realizado desde 2011 e que já parte para sua quarta edição (em 2014).

Por outro lado, os museus também demonstram uma maior preocupação com seus diferentes públicos. E, diante de todo este cenário, o Museu da UFRGS vem procurando assumir uma postura de participante ativo e estimulador de ações com potenciais criativos e capazes de proporcionar o engajamento e a participação de uma parcela cada vez maior da população. Parcerias são estabelecidas, projetos sonhados, e ações concretizadas. Neste ano de 2013, o Museu da UFRGS está apresentando a exposição 12.000 Anos de História: Arqueologia e Pré-história do Rio Grande do Sul, que também envolverá uma caixa educativa composta por cópia em braille do catálogo e textos da exposição, versão legendada e com audiodescrição do vídeo "Ofício do Arqueólogo" que integra a exposição e algumas réplicas de artefatos arqueológicos que poderão ser manuseadas.

Sabemos que a reflexão e a decisão sobre este tema carecem de ampla participação cidadã, expressa por diversas vias, entre as quais a de órgãos independentes e qualificados para o efeito, instituições públicas e privadas, movimentos associativos e cidadãos em geral.

É decisivo, pois, em toda esta construção, não deixar de sonhar e, sobretudo, realizar procurando envolver cada vez mais pessoas neste desafio, colaborando, desta forma, para a constituição de agentes indispensáveis na aplicação de quaisquer orientações e planos globais. Este envolvimento passa em grande medida pelos sentimentos de pertencimento e apropriação. E, para estas instituições seculares que são os museus, lança-se um novo desafio.

Finalmente, é preciso considerar que o que está sendo feito em termos de acessibilidade ainda é pouco, diríamos, o mínimo diante de tanto que se tem para realizar, mas tenta-se desta forma minimizar

as dificuldades dos usuários em transpor as barreiras atitudinais, de informação, conteúdo, entre outras, impostas por projetos inadequadamente desenvolvidos ou que desconsiderem totalmente a diversidade humana. Ademais, tais inadequações contribuem para a formação de pré-conceitos em concepções desfavoráveis em relação às pessoas com deficiência, consideradas, na maioria das vezes, pessoas menos aptas ou de vida social e intelectual menos ativa, fato que deve ser alterado. Assim, nossas pesquisas e atividades apontam que muitas propostas são deficientes por não permitirem a participação efetiva e autônoma das pessoas com deficiência e de que estas ações devem então estimular o desenvolvimento de experiências positivas, contribuindo para a construção de uma cultura de acessibilidade nos ambientes museais, em suas iniciativas pedagógicas e em seus programas educativos.

NOTAS

Nota 1: Arquiteto, graduando em Artes Visuais, arqgalon@yahoo.com.br

Nota 2: Historiadora, especialista em Museologia – Patrimônio Cultural, mestre em História. Diretora do Museu da UFRGS aristimunha@museu.ufrgs.br

Nota 3: Arquiteto e Urbanista, Mestre em Design, Professor do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura UFRGS, 00146837@ufrgs.br

Nota 4: Historiadora, especialista em Museologia – Patrimônio Cultural, Museu da UFRGS/PROEXT, ligiaf@museu.ufrgs.br

Nota 5: Produtora Cultural, mestre em Educação, Museu da UFRGS/PROEXT, cristina@museu.ufrgs.br

Nota 6: Agradecemos a assessoria da Técnica em Cultura da SMCPA, Cientista Social, Márcia Beatriz dos Santos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

COLLWELL, P., Mendes, E. **Temas de Museologia, Museus e Acessibilidade.** Lisboa, Instituto Português de Museus, 2004.

CUTY, Jeniffer e CARDOSO, Eduardo (org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais.** Porto Alegre: Marcavisual, 2012.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M. 2005. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos:** guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** 2 ed. São Paulo: LTR, 2001.

SANTOS, Sonia. (2009). **Acessibilidade em Museus.** Dissertação de Mestrado. Curso Integrado de Estudos Pós-Graduado em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SARRAF, Viviane Panelli. A inclusão dos deficientes visuais nos museus. In: **MUSAS**, Ministério da Cultura, IPHAN, 2 ed., 2006.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do museu**: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/dissertacoes> Acesso em 21 ago 2012.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos:satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 21 ago 2012.